

LITERATURA E HISTÓRIA, BREVE NOTA SOBRE A ATUALIDADE DESSA RELAÇÃO

Joana Luíza Muylaert¹

RESUMO: A pergunta que proponho nesse artigo refere-se à atualidade das relações entre a literatura e a história, considerando o debate mais recente proposto por estudiosos dos dois campos do saber. Para o desenvolvimento dessa reflexão, elegi algumas noções, como “estranhamento” e “contemporaneidade”, debatidas em ensaios de Benjamin, Rösen, Ginzburg e Agamben, entre outros não menos importantes.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. História. Contemporaneidade. Estranhamento.

ABSTRACT: The question raised in this article refers to the current state of the relationship between Literature and History, taking into consideration the latest debates posed by scholars from both fields of study. In order to develop this line of thought, I opted for employing ideas such as "strangeness" and "contemporaneity", which appear in essays by Benjamin, Rösen, Ginzburg and Agamben, as well as by other authors of no smaller importance.

KEYWORDS: Literature; History; Contemporaneity; Strangeness.

1

Não se pode, portanto, dizer que a experiência, seja qual for o momento da história, tenha sido ‘destruída’. Ao contrário, faz-se necessário – e pouco importa a potência do reino e de sua glória, pouco importa a eficácia universal da ‘sociedade do espetáculo’ – afirmar que a experiência é indestrutível, mesmo que se encontre reduzida às sobrevivências e às clandestinidades de simples lampejos na noite.

(Sobrevivência dos vagalumes. Didi-Hubermann, 2011, p. 148.)

Em tempos de novas propostas de expansão do campo literário, o texto que apresento retoma o problema das conexões entre literatura e história, partindo da noção de “estranhamento”, pertinente ao campo da teoria literária, bem como da ideia de “contemporaneidade”, no centro das discussões atuais sobre as novas possibilidades de relação do literário com outras artes.

Em conhecido ensaio, Carlo Ginzburg (2001, p. 41) sugere o “estranhamento”, “como antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade”. Refere-se o autor, nessa passagem, a historiadores e teóricos da literatura que, embora “irmanados num fim cognitivo”, são tão próximos quanto distantes em seus respectivos ofícios.

Pressupondo a pertinência e atualidade desse debate, recorro ainda ao ensaio de Agamben (2009, p. 59) sobre a noção do “ser contemporâneo”, como “uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias”. É nesse sentido que espero poder construir algumas hipóteses em defesa dessas “estranhas” e “extemporâneas” relações, que talvez, por isso mesmo, preservam sua potência de eterna novidade.

¹ Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários / Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

A morte da literatura vem sendo anunciada desde a sua institucionalização e, paradoxalmente, desse mesmo anúncio ela vem extraindo a sua potência. Ocorre que temos observado nos últimos, talvez, dez anos, em nossos cursos de graduação e pós-graduação em Letras, uma acentuada atração pelo abismo, arriscando-nos a definitivamente desaparecermos como professores e pesquisadores de literatura.

Como enxergar algumas luzes vindas do passado, em meio à escuridão desses nossos tempos sombrios, distanciando-nos tanto quanto nos é possível de uma aderência ao tempo supostamente presente ou contemporâneo, esse é o nosso incômodo desafio. Incômodo porque sempre podemos parecer ressentidos ou desatualizados, frente a uma avalanche de novidades, que se desmancham no ar ou se liquefazem, fragmentando-se ao infinito, para angústia de todos. Por essa e outras tantas razões, (re)pensar a literatura a partir das ruínas de um passado tão recente será (e sempre foi) tarefa de média, longa duração, de muita paciência e disposição para **ouvir contar**, para se debruçar sobre os escritos que restaram de tantos passados-presentes-futuros entrelaçados.

Acredito nos demorados trabalhos de escavação e legibilidade de textos esquecidos, no trabalho de pesquisa nos acervos, à espera de um olhar interessado em torná-los vivos e contemporâneos, no sentido mais amplo e complexo exposto por Agamben (2009), no conhecido texto da aula inaugural de 2006/2007, do Curso de Filosofia Teorética, junto à Faculdade de Arte e Design em Veneza.

Esses muitos esquecidos textos, quando não irresponsavelmente desqualificados, necessitam do atento pesquisador, do rigoroso teórico e de um não menos criterioso historiador, todos capazes de construir – **reinventando** – histórias e teorias, objetos e métodos, conferindo-lhes o frescor da atualidade, reinscrevendo-os num novo tempo e em novas significações.

Quando ouço rumores sobre o fim da literatura, e isso ouvimos desde sempre, faço um esforço para não prestar mais muita atenção. Venho tentando, aos trancos e solavancos, sobreviver, numa espécie de **distração atenta**, aos anúncios apocalípticos. Afinal, as letras resistem, a literatura continua sendo o ponto de intersecção – sendo talvez o desejo menos explícito e, por isso mesmo, mais potente de todos que se arrogam o direito de falar dela sem o respeito devido – das mais produtivas interlocuções, entre professores e estudiosos da filosofia, da história, das ciências sociais, para mencionar as humanidades apenas. Arrisco dizer (meu fundamento é tão somente uma impressão de quem dá aulas, há mais de 30 anos, disso que dizem que acabou) que a literatura é sim o **obscuro objeto de desejo** de estudiosos oriundos das diversas áreas afins, mais afins que contrárias. Como se pode facilmente constatar num rápido passeio pelos debates no campo das ciências humanas, a crise não é prerrogativa nossa, cabendo a todos os implicados nessa turbulência o desafio de pensar novos modos de construir mais afinidades e mais conhecimentos, sem destruímo-nos todos.

Nosso empenho consiste, penso eu, em tentar compreender a crise da literatura sem lamentos melancólicos, em tentar **interpretar, juntos, nossos sonhos** despedaçados num conjunto muito mais vasto de outras terras igualmente devastadas. Como a tarefa é árdua e longa, a exigir o compromisso de muitas comunidades do saber, restrinjo-me a algumas observações, algumas provocações, agarrando-me nas pontes construídas entre a literatura e a história.

Sobre a “imminente extinção dos estudos literários, fim(ns) e princípio(os)”, com muito bom humor, além da saborosa erudição de seus textos, o professor Acízelo inicia assim um ensaio de 2011:

Há profissões que, por mais justificadas e sólidas que se apresentem num determinado tempo, simplesmente cessam de existir, mediante um processo tão lento e quase imperceptível quanto inexorável e sem volta. Entre inúmeros exemplos que nos poderiam ocorrer, fico apenas com

dois, pela circunstância de se tratar de ofícios que prosperaram e desapareceram sob as vistas da minha geração. Refiro-me às extintas profissões de amolador de faca e de vaga-lume, e me pergunto como foi possível que viéssemos a prescindir inteiramente dos serviços de ambas. Afinal, nossas facas continuam cortando, mesmo sem os assobios do esmeril, e sempre conseguimos um lugar no escuro do cinema, ainda que sem a ajuda das lanterninhas prestativas (SOUZA, 2011, p. 15).

É certo que sequer conseguimos justificar uma utilidade tão inequívoca como a desses profissionais, mas o fato é que a literatura – e nesse passo me refiro ao que compreendemos por literatura moderna – se justifica por isso mesmo, por essa sua indeterminação e inutilidade imediata. Sua relativa autonomia sempre esteve em questão, autonomia essa que parece cada vez mais insustentável. Vamos fazendo de conta que se trata de um saber imprescindível, porque afinal, antes de tudo, precisamos sobreviver. Agora, mais que nunca, em meio a uma crise devastadora em todos os sentidos, essa frágil instituição chamada literatura precisa de “um gesto de defesa, da defesa do atrito”, nas palavras de Silvina Rodrigues Lopes (2012, p. 137-139).²

O espaço da sala de aula continua sendo um de seus espaços privilegiados, embora não o único. Depois da psicanálise, das inúmeras reflexões, em vários campos do conhecimento, sobre o ato de ensinar, tornou-se praticamente consenso a ideia de que o saber – compreendido como conteúdo meramente – não se transmite, antes se tratando de uma questão de curiosidade ativa por parte dos sujeitos envolvidos nessa relação, vontade de saber, que se realiza (ou não) à custa de muitos conflitos, resistências, atritos. Muito citado nas mais disparatadas ocasiões, embora nem sempre compreendido e menos ainda realizado, o dito de Guimarães Rosa, “mestre é quem de repente aprende” continua nos desafiando. Tornar-se mestre, sabemos, exige a assunção da própria ignorância, muita disposição para ouvir e tempo, muito tempo, um tempo lento, que se desdobra naquela lentidão de que fala Ítalo Calvino uma de suas “propostas para o próximo milênio”.³

O saber literário se experimenta e se deseja nas leituras que circulam entre subjetividades nele interessadas, numa espécie de cumplicidade, de compartilhamento. Não há garantias de convergências de interesses e sensibilidades em relação a qualquer área do conhecimento. A sobrevivência de um campo do saber depende de inúmeras circunstâncias, políticas, institucionais e históricas. Portanto a continuidade da nossa conversação sobre o literário vai depender também da relação de forças alheias a nossa vontade.

Ao fim e ao cabo, a verdade pouco confortável é que, se o mundo contemporâneo dispensa a literatura, igualmente, e com mais certeza, o universo dispensa a nossa existência humana. Ciente da nossa pequenez e insignificância, salvo para nós mesmos, minha reação mais imediata,

² Recomendo a leitura de todos os pequenos ensaios, reunidos no livro *Literatura, defesa do atrito*, de Silvina Rodrigues Lopes (2012). São textos corajosos e instigantes, sobre as atuais discussões envolvendo o debate com o qual temos sido confrontados. Do primeiro deles extraio a seguinte passagem: “Face à devastação pós-modernista, impõe-se um trabalho de resistência que contribua para desenvolver a capacidade crítica e de pensamento, no sentido de (...) compreender que a literatura é essencial ao humano apenas na medida em que nela se ultrapassa qualquer tipo de identidade – de sexo, de grupo, de cultura –, e se pode viver o anonimato do não-identificável, a irreduzível singularidade do ser único, para o que é preciso recusar todos os processos que concorrem para a sua diluição na cultura de massas.” *Literatura, defesa do atrito*, Belo Horizonte: Chão da Feira, 2012, p. 29.

³ Remeto o leitor para o ensaio de Ítalo Calvino, “Rapidez”, parte do livro *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. Tradução Ivo Cardoso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. A respeito dos problemas ligados à institucionalidade da literatura, seu lugar como disciplina acadêmica, vale a leitura do capítulo “A paradoxalidade do ensino da literatura”, no livro *Literatura, defesa do atrito*, Belo Horizonte: Chão da Feira, 2012, p. 87-99.

quando leio e ouço previsões e diagnósticos sobre o fim das bibliotecas, o fim do livro, o fim da literatura, ou o fim do que quer que seja, é imaginar que somos, de algum modo, eternos. É assustadora a simples menção a uma pós-humanidade, uma pós-história, uma pós-literatura. De mais a mais, não é certo que já tenhamos superado os dilemas próprios da modernidade. Alguns escreveram que nela sequer entramos.⁴

2

Uma característica necessária da transmissão, se é que ela ocorre, é que ela pode se extraviar. A carta não chega, a pessoa errada herda, o legado é uma carga indesejada. Contudo, mesmo na mais selvagem das transmissões, alguma coisa realmente chega ao seu destino.
(*O casaco de Marx: roupas, memória, dor.* Stallybrass. 2012, p. 36.)

O que nós faremos? Como vestiremos os mortos? Não os vestiremos de forma alguma? Em suas roupas mais descartáveis? Em suas roupas domingueiras?
(*O casaco de Marx: roupas, memória, dor.* Stallybrass. 2012, p. 35.)

Voltando ao ensaio do professor Acízelo, de fato, a nossa profissão pode se extinguir por inúmeras circunstâncias, mas não creio que por falta de alguma – ainda e sempre impalpável – serventia. E, sinceramente, espero que, se extinto o nosso ofício, esse processo seja reversível. Podemos desaparecer, como os antigos, nem tão antigos assim, “amoladores de faca ou os lanterninhas”? Quem serão os novos por vir?

Não sei de nenhuma resposta segura a essas perguntas. Sei que nenhuma noção de escrita literária se sustenta sem uma correspondente concepção de escrita da história, com as noções de tempo nela implicadas. Nos dias de hoje, desde os fins dos anos 1980, aproximadamente, muito se ouve, se lê e se debate sobre um tempo presente, pós-moderno, ao qual corresponderia uma literatura do presente/contemporânea, pós-moderna. Lendo e procurando me orientar nesse debate, encontrei um ensaio que muito me alegrou, pela sua cautela. Trata-se de um texto de um teórico da história, o alemão Jörn Rüsen.

Um “presentismo apressado” (a expressão é de Jörn Rüsen, no ensaio “Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história”) traz o risco de apagar as possibilidades de outros desdobramentos do passado, como se o atual, o presente, o contemporâneo, fosse o único desdobramento possível do que se passou. Partindo da “premissa de que todo conhecimento histórico desempenha uma função de orientação”, Rüsen (2011, p. 270) quer “mostrar como a história pode ser o lugar do utópico”, como “o sentido das histórias se liga a expectativas de futuro que vão além da experiência do passado”. Sendo impossível viver sem o passado (“o passado presentifica-se até mesmo contra a nossa vontade”), resta-nos transformá-lo em história, em narrativas a favor da vida, de uma vida feliz e mais justa.⁵

Tornar melhor o ontem “refere-se, portanto, à transformação da contingência da experiência do passado [...] numa totalidade narrativa plena de sentido, que, por isso, pode orientar o agir humano” (RÜSEN, 2011, p. 284). No decorrer da leitura desse ensaio, vamos compreendendo o que o autor chama de “final feliz” “da teleologia da nossa ação”, na verdade ação inacabada e imperfeita, produtora de silêncios que “aqueles que nascerem depois de nós terão fatalmente de quebrar, mediante o emprego da interpretação histórica, caso venham a

⁴ Penso, nessa passagem, no livro de Bruno Latour, *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 3. ed. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 2016.

⁵ Remeto à ideia de uma “memória justa e feliz” tal como apresentada por Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

querer ganhar a si próprios na relação conosco” (RÜSEN, 2011, p. 290). Nenhum “final feliz” está portanto assegurado. O passado exige intermináveis elaborações interpretativas, contínuas ações em busca do seu “melhoramento”, tendo em vista alternativas criadoras em face de tudo o que foi horror no passado, em face da opressão do que um dia pareceu necessário e inevitável. As contingências não são “necessariamente necessárias”, podem ser transformadas, para a “nossa felicidade”, pela ação e pela narração. Na busca pela “felicidade” encontraríamos pois o sentido da “operação historiográfica” (explicação, compreensão e representação historiadora, nas palavras de Ricoeur [2007]). “Sem atribuição de sentido, a historiografia simplesmente não seria possível”, nos diz Rösen, em feliz formulação.

Na perspectiva de Rösen (seguindo as *Teses sobre a história*, de Benjamin, por ele mencionado em passagem a que vou logo a seguir retornar), produz-se conhecimento histórico com um propósito deliberado de libertar o passado de seu horror, impulsionado pelo desejo de emancipação, de libertação de tudo o que no passado restou como promessa não realizada.

A formulação de Benjamin a que se refere Rösen encontra-se na Tese II, na qual lemos que “um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa. Então fomos esperados sobre a terra. Então nos foi dada, assim como a cada geração que nos precedeu, uma frágil força messiânica, à qual o passado tem pretensão. Essa pretensão não pode ser descartada sem custo” (LÖWY, 2005, p. 48). Rösen lê essa passagem como advertência de que “sempre há, na experiência do passado um futuro prometido e ainda não realizado” (RÜSEN, 2011, p. 281). Esse futuro do (e no) passado precisa ser desentranhado pelos “seres humanos do presente”, abrindo-se um “espaço marcado pela intersubjetividade temporal”, em que “esperanças, expectativas e angústias transmitem-se hereditariamente ao longo da cadeia das gerações”.

Uma tal concepção da história implica o pressuposto de que os homens agem seguindo intenções e planos, em conformidade com projetos de futuro. Significa, do mesmo modo, a aposta na conciliação de “nossas intenções de ação com as que marcaram o agir humano no passado”. Assim sendo, os mortos, parte de nossa pré-história, não estariam mortos, “são, antes, parte da nossa própria vida” (RÜSEN, 2011, p. 283-284). Quando alcançamos transformar nossa pré-história em história, os mortos, que antes nos assombravam como espectros indesejáveis, tornam-se antepassados, a cujo legado não podemos nos furtar. Descartá-los custaria um alto preço, nos lembra Benjamin em segunda sua tese, cujo trecho transcrevemos acima.

Restringindo-me, como havia proposto, ao campo da literatura e da história, retomo a pergunta lançada no início desse texto, sobre a pertinência, a atualidade das relações entre os estudos históricos e os estudos literários. São perguntas que nos devolvem ao centro das que se apresentam ao historiador contemporâneo. Trata-se, em poucas palavras, das questões relacionadas ao modo como se entrelaçam os tempos – passado, presente e futuro – à sua utilidade e ao seu sentido para a vida. Assim como “sem atribuição de sentido”, a historiografia seria inútil, acredito que podemos afirmar, a essa altura, que sem atribuição de sentido não poderia acontecer o literário e suas histórias, as histórias de suas histórias, sua historiografia. Suspendendo, provisoriamente, as diferenças das operações (historiográfica e literária), poderíamos pensar a escrita literária como tradução de experiências, imaginação criadora do passado e inventiva de futuros, presentes futuros comprometidos com a redenção de passados esquecidos. Nesse caso, o futuro do pretérito⁶ não seria prerrogativa da literatura, antes

⁶ Lembro aqui a famosa passagem da *Poética*, de Aristóteles: “Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (...) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente

constituiria do mesmo modo o campo, por excelência, da operação historiográfica. Em nosso auxílio, podemos recorrer novamente a Benjamin, substituindo apenas uma palavra em conhecido e muito citado trecho da Tese III: “nada do que alguma vez aconteceu pode ser dado por perdido para a literatura” (LÖWY, 2005, p. 54).

Conhecidas, citadas, interpretadas de inúmeras perspectivas e segundo interesses mais ou menos explicitados, para os mais variados fins, temos as teses de Walter Benjamin ao nosso dispor, não sem muitas dificuldades ao nosso entendimento adequado.

Como na história, também nos estudos literários, um “presentismo apressado”, se impõe. Mas uma “literatura do presente” requer uma nova concepção do tempo, da experiência e da leitura e/ou interpretação (ou conhecimento) da experiência. O que seria interpretar, narrar a experiência presente? O que seria o tempo presente? Como acessá-lo sem recorrer ao passado, sem dirigir-se ao futuro? Seria esse movimento desejável, possível? Refazendo a pergunta de Rûsen: podemos “melhorar” um texto distante do nosso presente? Podemos redimi-lo do esquecimento? Atribuir-lhe um sentido contemporâneo? Ou retomando a questão de Ginzburg: o que haveria ainda de “estranhamento” e “novidade” numa obra tão lida e comentada como a *Busca*, de Proust? Como reescrever a história de um procedimento literário sem recorrer a sua pré-história? Essa é, me parece, a provocação de Ginzburg, com o objetivo de descrever o seu projeto historiográfico, segundo o qual “mesmo supondo-se que a história seja científica, ainda assim seria preciso pintá-la como Elstir pintava o mar, ao revés” (Ginzburg, p. 41).

Atenta aos avisos dos que expuseram e debateram o ensaio de Agamben sobre a noção de “contemporaneidade”, muito mais complexo do que pode parecer, escolhi revisitar um “anacrônico” e “contemporâneo” projeto romanesco, que acredito reverberar o que penso ser o nó ainda por desatar, ao mesmo tempo posto e acabado, no inacabamento que lhe é próprio, próprio disso que entendemos como literatura, texto a ser reinventado a cada nova leitura, contendo tudo o que passou e que pode ainda vir a ser. Refiro-me ao canônico e consagrado projeto de Proust, *Em busca do tempo perdido*. Nada mais presente, atual e contemporâneo do que esses tão antigos volumes. Pelo menos, assim me parece desde que venho revisitando suas páginas, na tentativa de ali reencontrar o sentido do literário. Não foi por acaso que, para falar de memória e esquecimento, memória e história, memória e literatura, a releitura de Proust se impôs.

3

Mas quando mais nada subsiste de um passado remoto, após a morte das criaturas e a destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis porém mais vivos, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, o odor e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, lembrando, aguardando, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, e suportando sem ceder, em sua gotícula impalpável, o edifício imenso da recordação.
(*No caminho de Swann*, Proust, 2006, p. 73-74)

Em entrevista concedida ao jornal *Le Temps*, no dia 14 de novembro de 1913, um dia antes da publicação de *No caminho de Swann*, primeiro volume do *Em busca do tempo perdido*, Proust lamenta não poder publicar todo o romance num só livro. “Sou como alguém que tem uma tapeçaria grande demais para os apartamentos atuais e que por isso foi obrigado a cortá-la” (PROUST, 2006, p. 510).

o universal, e esta o particular.” Poética/Aristóteles. Tradução Eudoro de Souza. São Paulo: *Ars Poetica*, 1993, p. 53-55.

Sabemos que a *Busca* não foi escrita linearmente, volume após volume; Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 146) nos lembra que “as últimas páginas da *Busca* foram escritas na mesma época em que as primeiras: a ‘madeleine’ e a calçada desigual do pátio do hotel de Guermantes se respondem e se correspondem mutuamente”. Proust planejou/projetou escrever sua obra na forma circular de uma busca, não estritamente de um passado perdido, mas de um futuro grande livro a ser publicado. Projeto tão mais impossível quanto monumental e portentoso num tempo em que já se anunciava o fracasso da literatura. Hoje, ressoam, atualíssimas, as palavras de Benjamin ao evocar “a imagem de Proust”: “a mais alta expressão fisionômica que a crescente discrepância entre poesia e vida poderia assumir” (BENJAMIN, 1987, p. 36-37). Há nesse empreendimento algo de incomum, excessivo, extemporâneo, anormal.

Pela segunda vez, ergueu-se um andaime como o de Michelângelo, sobre o qual o artista, com a cabeça inclinada, pintava a criação do mundo no teto da capela Sistina: o leito de enfermo, no qual Marcel Proust cobriu com sua letra as incontáveis páginas que ele dedicou à criação do seu microcosmos. (BENJAMIN, 1987, p. 49).

Um só homem empenhado em tarefa de muitos, Proust devotou toda a sua vida à urdidura de uma imensa tapeçaria, que pudesse ser “impressa em único volume, em coluna dupla, sem um único parágrafo”, nas palavras de Benjamin, ecoando o autor da *Busca*. O fato de ser forçado a “cortar” em partes o que projetou como totalidade, esse “Nilo da linguagem”, esse “*continuum* da recordação”, decorreria de circunstâncias alheias à vontade expressa do escritor e apenas reafirmaria a **intenção** de duração e de eternidade da obra. Com efeito, a ideia de projeto em Proust esteve estreitamente ligada à de uma tarefa árdua, escrita difícilíssima, trabalho executado em condições muito adversas – ou “malsãs”, nas palavras de Benjamin sobre a *Busca* – contra o esquecimento e a morte, contra a insidiosa resistência, contra a preguiça do escritor.

Mas, uma vez interrompida essa *Busca*, com a morte do escritor, resta a nós, do nosso presente, seus futuros leitores, uma intrigante pergunta. Como última “grande obra”, ao menos “por muito tempo”, a *Busca* seria a prova de que a literatura como projeto sempre a (re)começar estava com os dias contados? Frágil como todo projeto humano, podemos dizer que o tempo dos grandes projetos literários se foi de uma vez por todas?

É Jeanne Marie que de novo me vem à mente, lembrando que nessa travessia em busca pelo tempo perdido nada poderia garantir um reencontro feliz, um final feliz. As ressurreições do passado suscitadas pelas sensações são tão somente experiências efêmeras, instantes singulares. Relendo as muitas páginas de Proust, podemos, afinal, dizer que ao escritor não interessa exatamente o passado, se esse passado não puder ser transformado em arte, em escrita artística, atividade estética. A inquietação do escritor é saber como fazer para se tornar um escritor. Como fazer para saber se ele, que escreve essa longa história, é efetivamente um escritor. De que arte, de que literatura se trata nesse imenso livro em busca de um tempo que passou? Por que um livro sobre o tempo e não sobre acontecimentos? Por que um livro em busca da literatura?

Retomo a questão da literatura do nosso tempo presente e seu lugar na atualidade, por atualidade compreendendo-se o que supomos mais próximo e imediato. Tento ligar tudo isso ao tempo passado, à escrita da história a favor da vida, às possibilidades de transformação do passado em história, sem o que não haveria a experiência literária como a concebemos, tão estreitamente se encontram as escritas modernas da história e da literatura, impelidas a um recomeço sem fim, a um “melhoramento redentor” dos tempos e esforços perdidos. Transformar o passado em história de futuros possíveis não seria o equivalente a traduzir as sensações e os acontecimentos – vividos ou imaginados, recordados e/ou inventados – em escrita literária? Em outros termos, as operações historiográfica e literária não seriam

igualmente necessárias à atribuição de sentidos, de que nos fala Rüsen, sem o que mergulhamos no mais assombroso contingente?

A pressuposta literariedade ou qualidade literária de um texto não se encontra antes nem depois dos diversos modos de ler. Ler Proust no nosso tempo presente não significa ler um texto do passado que teria passado; ao fazê-lo estaríamos antes prosseguindo a leitura interminável de um mesmo e diverso texto inacabado. Nesse sentido, não importa tanto o ponto final de um romance, de uma narrativa, de uma história.

Se admitimos, com Bergson⁷, que o tempo dura numa “contínua duração”, que o que chamamos de tempo são os tempos “fatiados” em presente, passado e futuro como convenções pragmáticas – mas desse modo concebido não serve para a compreensão do tempo na imaginação e na memória, nas narrativas, históricas e literárias, espaço de sua morada – podemos concluir que o tempo presente não existe, que o que existe são os tempos se atualizando, se entrecruzando na escrita e na leitura, tempos se fazendo narrativas: o passado se tornando história, a experiência se tornando literatura, se tornando livro. Como em Proust, o “Tempo reencontrado” ao final dessa Busca quando o ponto final abre um novo tempo, o do começo do livro, da escrita desse livro que se pretendeu escrever ao longo de tantas páginas.

Admitindo-se, pois, que o literário nasce com a busca moderna pelo livro escrito – tanto em *Dom Quixote* como na *Recherche* de Proust, como em todas as buscas fracassadas pela literatura – não existiria uma literatura do presente que não fosse ao mesmo tempo literatura do passado (perdido) e do futuro (por vir), que não fosse simultaneamente escrita da memória e da esperança.

No primeiro dos “nove ensaios sobre a distância”, Ginzburg (2001, p. 39) pergunta, quase ao final de sua reflexão, “por que deveriam perder tempo (os historiadores) com o estranhamento e com conceitos semelhantes elaborados pelos teóricos da literatura”. Para justificar sua indagação, mais uma vez o autor de *O queijo e os vermes* recorre a uma passagem de Proust, extraída então, de *O tempo reencontrado*, romance que conclui a *Recherche*. Nesse trecho, o narrador conversa com Gilberte, mulher de seu amigo, Robert de Saint-Loup, que falecera pouco antes na Grande Guerra. Em dado momento, Proust sugere que, sendo humana, a guerra “se vive como um amor ou como um ódio”, e que poderia portanto “ser contada como um romance”, ou desenhada, pintada como um quadro. Nas palavras ainda do narrador da *Recherche*: “Mesmo supondo-se que a guerra seja científica, ainda assim seria preciso pintá-la como Elstir pintava o mar, ao revés, e partir das ilusões, das crenças que retificamos pouco a pouco, como Dostoiévski contaria uma vida” (PROUST apud GINZBURG, 2001, p. 40).

Comentando essa passagem, Ginzburg pretende responder a pergunta que fizera sobre a pertinência e a utilidade, para os historiadores, das ideias de estranhamento, distância e outras tantas relacionadas aos modos literários de narrar e, por extensão, às artes. Ao historiador Ginzburg interessa reconhecer a proximidade entre história e literatura, história e ficção, não sem ressaltar “com a máxima clareza possível” sua oposição “às teorias da moda que tendem a esfumar, até torná-los indistintos, os limites entre ficção e história. Concluindo com a devida distância em relação a uma indesejável tanto quanto ineficaz “confusão”, escreve:

Essa confusão teria sido repelida pelo próprio Proust. Quando dizia que a guerra pode ser contada como um romance, Proust não pretendia de modo algum exaltar o romance histórico; ao contrário, queria sugerir que tanto os historiadores (ou os pintores) como os romancistas estão irmanados num fim cognitivo. É um ponto de vista que compartilho plenamente. Para descrever o projeto historiográfico em que

⁷ Refiro-me ao livro *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

pessoalmente me reconheço, utilizaria, com uma pequena modificação, uma frase de Proust extraída do trecho que citei há pouco: “Mesmo supondo-se que a história seja científica, ainda assim, seria preciso pintá-la como Elstir pintava o mar, ao revés.” (GINZBURG, 2001, p. 41).

Como se percebe, seu projeto historiográfico reconhece e acolhe o “estranhamento”, procedimento próprio da literatura. Diante do “risco de banalizar a realidade”, de tomar o hábito como verdade, é preciso contrapor esse “antídoto eficaz”, é preciso tomar “distância”. Assim como Elstir, (personagem “em que se combinam referências a diversos pintores impressionistas ou próximos ao impressionismo: Manet, em primeiro lugar, talvez Monet ou quem sabe Degas” (GINZBURG, 2001, p. 37)), o pintor que pintava as coisas “na ordem de sua percepção”, ao revés das ideias preconcebidas ou “contaminadas por explicações causais”, o historiador deveria adotar a posição do pesquisador curioso, mais próximo dos poetas narradores, como Proust, como Tolstoi, como Dostoiévski.

O que significa dizer, em outras palavras, que ambas trazem, encerradas em seus gestos, intenções de conhecimento do que se passou, do que poderia ter passado e do que poderá ou poderia vir a ser.

A qualidade literária de um texto diz respeito ao modo como se lê, repito. Mas isso não quer dizer que qualquer modo de leitura é legítimo. O anacronismo inerente a todo ato de ler se refere ao potencial de um texto resistir ao seu tempo, não coincidir com o seu tempo, de tomar distância de seu tempo. Um texto literário que sustente o anacronismo suporta e sofre uma difícil fratura em relação ao seu tempo. Ser contemporâneo é ser estranho ao momento atual, é ser extemporâneo e anacrônico. E esse gesto é raro, solitário e muito arriscado.

Concluo com uma afirmativa resposta à provocação do ensaio do Acízelo, sobre a provável extinção da literatura.

Se, para falar com Eagleton (apud SOUZA, 2011, p. 35), é preciso “[...] rejeita[r] o dogmatismo para o qual Proust é mais digno de estudo do que os anúncios de televisão”, por outro lado não se pode esquecer as diferenças de “fins e princípios” desses objetos, das teorias e dos procedimentos mais produtivos para a sua inteligibilidade e legibilidade.

É verdade que um mundo sem literatura, tal como a compreendemos até então, é um entre os muitos mundos possíveis. A essa possibilidade resta o esforço de construir outras teorias e histórias que deem conta do que estaria por vir, do que já teria chegado. Dos “fins e dos princípios” do atual estado da arte. Se é que nesse caso, caberia ainda falar de algo como “fins e princípios”. E daí já estaríamos diante de outras urgências, de outros ofícios, outros saberes.

Não sei responder com segurança se os estudos literários sobreviverão. Não conseguimos fazer prognósticos e esse foi um duro mas proveitoso aprendizado que nos propiciaram os tempos modernos, num tempo em que se falava de literatura com aquela mínima certeza de saber o que se estava dizendo. De todo modo, é urgente repensar nossa prática apressada de anunciar o fim das coisas desse mundo, entre as quais a desde sempre frágil e agonizante literatura.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução Vinícius Nicastro Honesto. Chapecó, SC: Argos, 2009. 92 p.

ARISTÓTELES. Tradução Eudoro de Souza. São Paulo: *Ars Poetica*, 1993. 151 p.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 36-49.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.* Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 304 p.

CALVINO, Ítalo. Rapidez. In: _____. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas.* Tradução Ivo Cardoso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 43-67.

DIDI-HUBERMANN, Georges. *Sobrevivência dos vagalumes.* Tradução Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 160 p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rumor das distâncias atravessadas. In: _____. *Lembrar escrever esquecer.* São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 145-161.

GINZBURG, Carlo. Estranhamento. Pré-história de um procedimento literário. In: _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.* Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15-41.

LATOURETTE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.* 3. ed. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 2016. 150 p.

LOPES, Silvina Rodrigues. *Literatura, defesa do atrito.* Belo Horizonte: Chão da Feira, 2012. 144 p.

LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”.* Tradução Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005. 160 p.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann.* 3. ed. Tradução Mario Quintana. São Paulo: Globo, 2006. 558 p.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007. 536 p.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. Tradução Arthur Assis. In: SALOMON, Marlon. (Org.). *História, verdade e tempo.* Chapecó, SC: Argos, 2011. p. 259-290.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor.* Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 111 p.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Os estudos literários: fim(ns) e princípio(s). *Itinerários*, Araraquara, n. 33, p.15-38, jul./dez. 2011.